



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

ATA NÚMERO 221/XII/4.^a SL

26.novembro.2014 – 10h00

Aos 26 dias do mês de novembro de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 5, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

4. Petição 439/XII/4^a, da iniciativa de Raúl Peixoto, Solicitam uma intervenção de conservação, reparação e restauro da Igreja de Serzedelo

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado autor do parecer: Ana Sofia Bettencourt (PSD)**

5. Petição n.º 423/XII/3^a, da iniciativa de Nuno Miguel Gonçalves Ribeiro, Solicitam a anulação da prova de avaliação de conhecimentos e competências (PACC)

- **Apreciação do relatório final**
- **Deputada Relatora: Heloísa Apolónia (PEV)**

6. DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no Comité Misto do EEE sobre uma alteração do Protocolo n.º 31 do Acordo EEE relativo à cooperação em domínios específicos não abrangidos pelas quatro liberdades (programa Copernicus) COM (2014) 577.

- **Apreciação liminar**
- **Autor do Parecer: PCP**
- **Apresentação do Parecer na reunião de 8 de dezembro de 2014**

7. Petição n.º 442/XII/4^a da iniciativa de Estevão Sequeira, que solicita que Solicita que, nas instituições de ensino e educação, sejam abordadas as matérias relacionadas com a prática da cidadania e responsabilidade civil.

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado (a) Relator (a): PS**

8. Petição n.º 444/XII/4^a da iniciativa de João Paulo Arriegas Estevão Correia Leal, que solicita a Revisão da Carreira de Investigação Científica

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado (a) Relator (a): PSD**

9. Petição n.º 445/XII/4^a da iniciativa de Dulce de Sousa Gonçalves, que solicita a Alteração do n.º 2 do artigo 42.º do DL n.º 83-A/2014, de 23 maio, que estabelece o novo regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de formadores e técnicos especializados, para que “a integração nos quadros cumpra a lista única de graduação a nível nacional, respeitando o tempo de serviço dos docentes nela integrados”

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado (a) Relator (a): PS**

10. Cumprimento da **Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014**, de 29 de outubro, que recomenda às Comissões Parlamentares Permanentes, no prazo de 90 dias, a apresentação de “relatórios que integrem orientações estratégicas, bem como uma definição de medidas setoriais concretas, promovendo, se possível, um quadro de compromisso que envolva as forças políticas representadas no Parlamento, com vista à adoção de políticas públicas para a promoção da natalidade, a proteção das crianças e o apoio às famílias”.

- **Nomeação de relator**
- **Metodologia e cronologia dos trabalhos**

11. **Redação final do PJR n.º 1131/XII**, Pela Requalificação da Escola de Música do Conservatório Nacional e recuperação do seu Salão Nobre.

- **Apreciação**

12. **Outros assuntos**

13. **Data da próxima reunião**

2 de dezembro de 2014

1. **Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do CDS-PP, BE e PEV.

2. **Aprovação de atas**

As atas n.ºs 216 a 220, das reuniões de 28 de outubro e 6 e 11 de novembro, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do CDS-PP, BE e PEV.

3. **Comunicações do Presidente**

3.1. O Presidente da Comissão informou que o Deputado João Prata (PSD) tinha substituído o Deputado Isidro Araújo (que cessou funções), tendo passado a ser efetivo na Comissão.

3.2. **Iniciativas Legislativas que baixaram à Comissão**

3.2.1. Deu depois conhecimento de que tinha baixado à Comissão o Projeto de Resolução n.º 1153/XII (PS), Regime de acesso ao ensino superior dos cursos de ensino artístico especializado das artes visuais e audiovisuais e de ensino especializado da música e da dança, tendo o PS solicitado a sua discussão no Plenário, pelo que vai ser feita a respetiva comunicação à Presidente da Assembleia da República.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

3.2.2. Prestou ainda informação sobre a baixa do Projeto de Resolução n.º 1155/XII (BE), Processo de compensação dos professores prejudicados pelo Governo no processo da bolsa de contratação de escola, tendo indicado que o BE solicitou a sua discussão na Comissão, pelo que vai ser agendada para a reunião de 2 de dezembro.

3.3. Realização na AR da sessão de abertura do Congresso da European Regional Science Association - ERSA

Foi lembrado que terá lugar na AR, no dia 26 de agosto de 2015 (4.ª feira), a sessão de abertura do Congresso da European Regional Science Association (ERSA), em relação à qual a Comissão já anteriormente tinha manifestado concordância. Foi ainda informado que a Presidente da AR pediu também parecer sobre a matéria às Comissões de Economia e Obras Públicas e Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, atenta a temática do Congresso.

Nessa sequência, o Presidente da Comissão solicitou que os Deputados se articulem com os colegas das outras 2 Comissões, para assegurarem a representação dos respetivos Grupos Parlamentares.

3.4. Relatório sobre o estado do património cultural em Portugal

O Presidente da Comissão indicou que tinha sido distribuído o relatório recebido da Secretaria de Estado da Cultura sobre o estado do património cultural em Portugal (para dar cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, Bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural), bem como a informação atualizada com as respostas das autarquias locais sobre o estado de conservação dos respetivos bens.

Tendo questionado se havia necessidade de alguma informação complementar, nenhum Deputado se pronunciou.

3.5. Apresentação pública na AR, pelo Conselho Nacional de Juventude, do documento estratégico sobre Trabalho Digno e Emprego de Qualidade para os Jovens

O Presidente colocou à consideração o pedido da Presidente da Assembleia de parecer da Comissão em relação à solicitação do Conselho Nacional de Juventude (CNJ) no sentido de realizar no Parlamento, no dia 21 de janeiro de 2015 (4.ª feira), a apresentação pública do documento estratégico sobre Trabalho Digno e Emprego de Qualidade para os Jovens.

A Deputada Rita Rato (PCP) manifestou concordância, desde que se salvaguardasse um momento para intervenção dos Grupos Parlamentares (realçando que era essa a regra definida pela Conferência de Líderes em relação aos eventos que tenham lugar na Assembleia) e que a apresentação não tivesse lugar durante o decurso do Plenário. A Deputada Isilda Aguincha (PSD) realçou que o CNJ apenas tinha solicitado a cedência de uma sala para a realização do evento.

Assim, o Presidente indicou que na sequência do debate e atenta a prática que vem sendo adotada em relação a este tipo de pedidos, será transmitida à Presidente da Assembleia a concordância da Comissão, com a referência de que seja salvaguardado um momento para intervenção dos Grupos Parlamentares e que o evento não seja realizado à hora da sessão plenária.

3.6. Relatórios de audiência/audições:

Foram apreciados os relatórios das audiências e audições a seguir indicadas, não tendo sido propostas alterações:

- Audição do Professor Doutor João Lopes, coordenador do estudo sobre indisciplina em contexto de sala de aula na Universidade do Minho (pelo Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar);
- Audiência à direção do Externato Alfred Binet (pelo Grupo de Trabalho da Educação Especial);
- Audição da Federação Portuguesa de Vela (pelo Grupo de Trabalho do Desporto);
- Audição da Federação Portuguesa de Rugby (pelo Grupo de Trabalho do Desporto);
- Audiência ao Sindicato dos Inspetores da Educação e Ensino;
- Audiência a uma delegação da Comissão de Assuntos Culturais e Educação do Parlamento de Sachsen-Anhalt- Alemanha.

3.7. Por último, o Presidente lembrou que naquele mesmo dia, pelas 11h30, na Sala do Senado, haveria um encontro com alunos e professores da Licenciatura de Ciências da Educação da Universidade de Évora, que seriam recebidos por uma delegação de Deputados, tendo indicado a respetiva composição.

4. [Petição n.º 439/XII/4.ª](#), da iniciativa de Raúl Peixoto, Solicitam uma intervenção de conservação, reparação e restauro da Igreja de Serzedelo

O 1.º peticionário (ouvido através de videoconferência), que é também Presidente da Junta de Freguesia de Serzedelo, realçou o valioso valor material do imóvel, um mosteiro românico construído entre os séculos XII e XIII, que pertenceu a várias ordens religiosas e foi classificado como monumento nacional em 1927.

Referiu ainda que no mesmo se realiza anualmente a Festa das Cruzes, evento de grande relevância cultural para o concelho, bem como várias atividades, religiosas e de outra natureza.

Identificou depois as várias anomalias que se verificam (nomeadamente, a nível da cobertura, infiltrações nas paredes, pinturas murais do interior, soalho e espaço exterior), que colocam em causa a segurança dos utilizadores e a proteção do património e descreveu as intervenções necessárias, num olhar leigo e num especializado (a nível dos frescos).

Por último, referiu que não está prevista para 2014 ou 2015 qualquer intervenção de recuperação por parte da Direção Regional de Cultura e solicitou uma inspeção urgente de uma equipa técnica da Secretaria de Estado da Cultura, que dê origem a uma intervenção de restauro a curto prazo.

Interveio de seguida a Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) referindo que o assunto mobiliza todas as forças sociais e políticas da zona e o PS acompanha a preocupação e estão disponíveis para colaborarem nas iniciativas a desenvolver. Acrescentou ainda que a Assembleia da República e ela própria devem envolver-se na procura de soluções.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) colocou várias questões, a saber: que diligências e com que entidades foram feitas, que contactos estabeleceram com a Secretaria de Estado da Cultura e quais os resultados dos mesmos, quais os montantes envolvidos para as obras previstas.

A Deputada Carla Cruz (PCP) saudou a iniciativa, realçou que está em causa um património de todos e que não estão previstas obras em 2014 e 2015. Reiterou a importância do edificado e dos frescos e

informou que a [Secretaria de Estado da Cultura respondeu ao PCP que não há estudos para a realização do restauro](#). Por último, referiu que o PCP entende que o património em causa devia ser preservado e colocado ao serviço da população.

A Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) pediu ao peticionário todos os dados complementares que sejam úteis para a apreciação da petição e referiu que existe preocupação pelo Governo, acrescentando que o mesmo foi aquele que mais se empenhou na classificação, conservação e restauro do património, área muito sensível e que exige recursos enormes.

Indicou ainda que o Governo tem perspetivado formas mais ágeis e diretas de intervenção, através da descentralização, realçou que se trata de património classificado e manifestou que se pretende encontrar uma solução, nomeadamente com a autarquia.

Na sequência das questões colocadas e das considerações feitas, o peticionário informou que já fizeram muitas diligências, nomeadamente, junto da Câmara de Guimarães, tendo havido disponibilização do respetivo Presidente para a realização de um estudo prévio, pelo que estão a trabalhar com a autarquia para verem quais são as intervenções mais urgentes, as que poderão ser feitas a curto prazo e os respetivos custos.

Confirmou o pedido de informação da Deputada do PCP ao Secretário de Estado da Cultura e a respetiva resposta, com a informação de que não está projetada qualquer intervenção em 2014-2015, não foram realizados estudos para recuperar as pinturas da igreja e não estão planeados trabalhos de recuperação das mesmas.

Por último, referiu restauros anteriores e algumas das suas deficiências e reiterou o pedido de realização de um estudo para posterior intervenção, tendo referido várias áreas em que a mesma é urgente e salientado, nomeadamente, que as humidades e as infiltrações são prementes e exigem resolução a curto prazo.

A terminar a audição, o Presidente da Comissão pediu ao peticionário a remessa de todos os elementos complementares que possua.

A documentação remetida pelo peticionário e a gravação da audição estão disponíveis na [página da Comissão, na internet](#).

5. [Petição n.º 423/XII/3.ª, da iniciativa de Nuno Miguel Gonçalves Ribeiro](#), Solicitam a anulação da prova de avaliação de conhecimentos e competências (PACC)

Na sequência do pedido de adiamento que tinha sido remetido à Comissão pela relatora da petição, Deputada Heloísa Apolónia (PEV), a apreciação do relatório final foi adiada para a reunião seguinte.

6. **DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no Comité Misto do EEE sobre uma alteração do Protocolo n.º 31 do Acordo EEE relativo à cooperação em domínios específicos não abrangidos pelas quatro liberdades (programa Copernicus) [COM \(2014\) 577](#).**

A Deputada Rita Rato (PCP), na sequência da apreciação liminar desta iniciativa europeia, informou que o PCP entende que não existe interesse da Comissão em proceder ao escrutínio da mesma. Não se tendo registado outras intervenções, foi indicado que seria feita comunicação à Comissão de Assuntos Europeus nesse sentido.

7. **Petição n.º 442/XII/4.^a**, da iniciativa de **Estevão Sequeira**, que solicita que nas instituições de ensino e educação, sejam abordadas as matérias relacionadas com a prática da cidadania e responsabilidade social.

Apreciada a informação respetiva, foi deliberado que previamente à apreciação da admissibilidade da petição, se convide o peticionário a completar o escrito com a sua identificação completa (nome completo e indicação dum documento de identificação) e com a especificação inequívoca do objeto da petição, tendo fixado um prazo de 20 dias para a resposta.

Mais deliberou que se transmita igualmente “a advertência de que o não suprimento das deficiências apontadas determina o arquivamento liminar da petição”, ao abrigo do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 9.º da Lei de Exercício do Direito de Petição, Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, alterada e republicada pela [Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto](#).

8. **Petição n.º 444/XII/4.^a**, da iniciativa de **João Paulo Arriegas Estevão Correia Leal e outros**, que solicitam a Revisão da Carreira de Investigação Científica

Na sequência da apreciação da nota de admissibilidade, foi deliberado admitir a petição e solicitar a pronúncia das entidades referidas na mesma, tendo a Deputada Rita Rato (PCP) solicitado que fosse também incluída a Organização dos Trabalhadores Científicos. A Deputada Elza Pais referiu ainda o facto de não ser conhecido o documento do Governo de revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica, que estava referido na petição, tendo equacionado a hipótese de ser feita a essa referência no pedido de pronúncia a dirigir ao Governo em relação à petição.

Mais foi indicado que a petição era distribuída ao PSD, que deveria indicar com brevidade o respetivo relator.

9. **Petição n.º 445/XII/4.^a**, da iniciativa de **Dulce de Sousa Gonçalves e outros**, que solicitam a alteração do n.º 2 do artigo 42.º do DL n.º 132/2012 e que a integração nos quadros cumpra a lista única de graduação a nível nacional

Na sequência da apreciação da nota de admissibilidade, foi deliberado admitir a petição e solicitar a pronúncia das entidades referidas na mesma.

Mais foi indicado que a petição era distribuída ao PS, que deveria indicar com brevidade o respetivo relator.

10. Cumprimento da **Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014**, de 29 de outubro, que recomenda às Comissões Parlamentares Permanentes, no prazo de 90 dias, a apresentação de “relatórios que integrem orientações estratégicas, bem como uma definição de medidas setoriais concretas, promovendo, se possível, um quadro de compromisso que envolva as forças políticas representadas no Parlamento, com vista à adoção de políticas públicas para a promoção da natalidade, a proteção das crianças e o apoio às famílias”.

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD) fez o enquadramento da matéria e apresentou a proposta de trabalho do PSD e CDS-PP, que inclui a designação de um Deputado relator (um em cada Comissão, tendo indicado a disponibilidade do PSD para o efeito) e o desenvolvimento de vários procedimentos, com o seguinte calendário:

“Na semana de 9 a 12 de dezembro de 2014

Prazo limite para entrega de propostas sobre entidades a ouvir, visitas a realizar ou outras diligências.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Na semana de 15 a 19 de dezembro de 2014

Realização das audiências e/ou outras diligências.

Na semana de 5 a 9 de janeiro de 2015

Elaboração e entrega da proposta de relatório pelo Relator.

Na semana de 12 a 16 de janeiro de 2015

Prazo limite para entrega de contributos pelos Grupos Parlamentares.

Na semana de 19 a 23 de janeiro de 2015

Apresentação e discussão do Relatório em Comissão”

Verificou-se ainda que o prazo fixado na Resolução termina em 27 de janeiro e que de harmonia com a grelha respetiva caberia ao PCP indicar um Deputado relator.

A Deputada Rita Rato (PCP) referiu as objeções que o PCP tinha transmitido aquando da discussão do Projeto de Resolução no Plenário, que tinham motivado o respetivo voto contra e informou que, não obstante isso, o PCP participaria e indicaria um relator para desenvolver os trabalhos inerentes. Mais referiu que propunham a audição das seguintes entidades:

- Federação dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais
- Fenprof
- Sindicato Nacional dos Psicólogos
- Interjovem
- ABIC
- CONFAP
- CNIPE
- Observatório das Famílias e das Políticas de Família
- Associação Portuguesa de Sociologia

A Deputada Odete João (PS) alertou para a necessidade de articulação entre as várias Comissões, para que, no caso de várias pretenderem ouvir uma mesma entidade, a audição seja conjunta.

A proposta de trabalho do PSD e CDS-PP foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e PEV.

No âmbito do debate verificado foi ainda consensualizado o seguinte:

- As propostas dos GPs sobre as entidades a ouvir serão comunicadas com brevidade, para permitirem o contacto atempado com as entidades e o agendamento das audições;
- Será articulada entre as várias Comissões – pelos Grupos Parlamentares e com a eventual intervenção do Presidente da Comissão - a audição de entidades que seja proposta em mais de uma Comissão, para poder ser feita conjuntamente pelas Comissões em causa;
- As audições na CECC serão feitas pelo Deputado Relator, em reunião aberta a todos os Deputados que queiram estar presentes.

11. Redação final do [Projeto de Resolução n.º 1131/XII/4.ª](#) Pela Requalificação da Escola de Música do Conservatório Nacional e recuperação do seu Salão Nobre.

Apreciada a proposta de redação final remetida pela Divisão de Apoio ao Plenário, a Deputada Rita Rato (PCP) manifestou concordância com a mesma, referindo que introduz melhorias. A proposta foi aprovada



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e PEV.

12. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

13. Data da próxima reunião

2 de dezembro de 2014

A reunião foi encerrada às 11:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de novembro de 2014

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Elza Pais
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
João Prata
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rita Rato
Agostinho Santa
Ana Sofia Bettencourt
António Cardoso
Carla Cruz
Diana Ferreira
Inês Teotónio Pereira
Maria Gabriela Canavilhas
Sandra Pontedeira
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Luís Fazenda
Pedro Delgado Alves
Rui Pedro Duarte

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Maria da Conceição Caldeira
Michael Seufert